

RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA REALIZADA PELA CDH EM SANTA MARIA/RS NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

RELATOR: Senador Paulo Paim.



Relatório da Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza, conforme Requerimento nº 116/2013, de iniciativa do Senador Paulo Paim, aprovado pela CDH.

RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA REALIZADA PELA CDH EM SANTA MARIA/RS NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

Relatório da Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza, conforme Requerimento nº 116/2013, de iniciativa do Senador Paulo Paim, aprovado pela CDH.

RELATOR: Senador Paulo Paim

I – DESCRIÇÃO

O presente relatório refere-se à Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas



pelos Poderes Públicos em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reuniu-se no dia 21 de fevereiro de 2014, na cidade de Santa Maria-RS por sugestão da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) feita na audiência pública realizada em dezembro de 2013, na Comissão de Direitos Humanos do Senado e transformada no Requerimento nº 116/2013 de iniciativa do Senador Paulo Paim.

A diligência constituiu-se em reunião com a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) com Autoridades Municipais, Ministério Público, Autoridades Policiais, Corpo de Bombeiros, Universidade Federal, Estudantes e entrevistas coletivas para a Imprensa.

HISTÓRICO DA TRAGÉDIA NA BOATE KISS



O incêndio na boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), em **27 de janeiro de 2013**, deixou **242 mortos** e 116 feridos. Foi um dos piores eventos do tipo já registrados em todo o mundo. A tragédia comoveu o país e gerou amplo debate sobre a segurança em estabelecimentos noturnos, com repercussões no Congresso Nacional.

Senadores e deputados se mobilizaram no acompanhamento das investigações, no apoio aos familiares das vítimas e na promoção de diálogo com especialistas das áreas envolvidas. A legislação existente foi revista, em busca de uma proposta que pudesse, de forma clara e objetiva, estabelecer parâmetros nacionais para a prevenção de incêndios e desastres em locais de aglomeração de pessoas. No Senado, funcionou uma comissão especial temporária que fez levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios.

Entre as propostas apresentadas no relatório elaborado após 60 dias de trabalho da comissão, estão uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades dos corpos de bombeiros militares e dos bombeiros civis, municipais e voluntários; a padronização dos

procedimentos operacionais para os corpos de bombeiros; e um programa educacional nas escolas. As propostas da comissão do Senado foram encaminhadas à comissão especial da Câmara e ao grupo de trabalho do Executivo — coordenado pelo Ministério da Justiça — criados, respectivamente, para tratar do tema da segurança em locais de concentração de público e da regulamentação da ação dos bombeiros pelo país. Na Câmara, houve acordo para que se apresentasse uma emenda substitutiva global de Plenário ao Projeto de Lei 2.020/2007, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que está pronto para votação em Plenário desde julho do ano passado (cf. Jornal do Senado edição de 18 de fevereiro de 2014 – especial cidadania – ano XIII, nº 460).

O Senador Paulo Paim apresentou na Comissão Assuntos Sociais do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 56/2014 que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).

Em outras palavras: O PLS inclui na competência do SUS, planejar, regulamentar, implantar e coordenar o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT), em cooperação técnica com os estados, Municípios e Distrito Federal.

O Senador espera que a regulamentação da futura lei defina todas as fases da logística, isto é, desenvolvimento, produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição, inclusão e exclusão em protocolo terapêutico ou ralação de medicamentos, reposição, reaproveitamento, reciclagem e descarte.

O Senador também pretende que o sistema se encarregue de incluir outros antídotos e de prestar informações a toda a população, mas em especial aos profissionais de saúde, de salvamento e de resgate, sobre os vários aspectos relacionados com a prevenção e o tratamento de intoxicações, bem como sobre o acesso a antídotos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CDH

Em 02 de
Dezembro de 2013 a



Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, atendendo ao Requerimento de iniciativa do Senador Paim, realizou audiência Pública para debater o tema: “A Tragédia da Boate Kiss e suas consequências” com a participação dos seguintes convidados: Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Alex Monaiar Estudante de Psicologia, Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria – RS; Solange Garcia, Professora de Toxicologia da UFRGS; Luiz Fernando Smaniotto, advogado da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria – RS; Coronel Alexandre Augusto Aragon, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Força Nacional, em representação do Ministério da Justiça; Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS do Ministério da Saúde – MS; José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Na oportunidade, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- 1) Enviar ofício da CDH ao Ministro da Justiça para que seja agilizada a remessa, para a Casa Civil do Executivo Federal, do anteprojeto de lei nacional, que regulamenta a prevenção e combate a incêndio, a fim de que a mensagem presidencial chegue o mais breve possível ao Congresso Nacional;
- 2) Elaborar projeto de lei para estabelecimento de uma política nacional de antídotos, prevendo o treinamento médico, fornecimento e distribuição de medicamentos e antídotos, nos moldes do sistema nacional de antídotos – SINANT, criado em 1993;
- 3) Elaborar lei para o apoio público nas áreas de saúde, trabalho e previdência social, às vítimas e seus familiares, em caso de tragédias;
- 4) Diligência da CDH para fiscalizar a atuação dos poderes públicos na situação atual, pós-tragédia de Santa Maria – RS;
- 5) Elaboração de Política de incentivo à cultura nas Universidades Públicas para construção de espaços de convivência como, por exemplo, centro de eventos para realização de formaturas;

- 6) Inserção do tema “atuação em emergências e desastres” nos currículos dos Cursos de Saúde, para formação de profissionais capacitados para trabalhar nessas situações; e
- 7) Potencializar os serviços de atendimento, do tipo 0800, do Ministério da Saúde.

Descrição da Diligência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou reunião com os seguintes participantes:

Presidente dos Trabalhos: Senador Paulo Paim.

Convidados:

- Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares De Vítimas e sobreviventes da Tragédia de Santa Maria;
- Paulo Afonso Burmann, Reitor da Universidade Federal de Santa Maria;
- Deputado Estadual Valdeci Oliveira, Representante do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro;
- Julio Nunes, Secretário de Saúde Adjunto de Santa Maria,
- Representante do Prefeito Municipal, Cezar Augusto Schirmer;
- Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes, Comandante do 4º Comando Regional dos bombeiros de Santa Maria;
- Marcelo Arigony, Delegado Regional de Polícia Civil de Santa Maria-RS;
- Marcelo Dornelles, Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do RS;
- Joel Dutra, Promotor de Justiça de Santa Maria-RS;



INÍCIO DA REUNIÃO



Às 14 horas e 15 minutos do dia 21 de fevereiro de 2014, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria-RS, o Senador Paulo Paim declarou aberta a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal em parceria com a

Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria-AVTSM

Esclareceu que a Reunião realizada destina-se ao cumprimento de diligência nos termos do Requerimento nº 116 de 2013-CDH, de sua autoria, aprovado em 04/12/2013, para debater e averiguar a atuação do Poder Público no andamento das providências relacionadas à tragédia que ocorreu no dia 27 de janeiro de 2013, na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria-RS, bem como tomar conhecimento de novas providências que poderão ser adotadas pelo Senado Federal, especialmente pela Comissão de Direitos Humanos –CDH, em prol das famílias das vítimas e da prevenção de novos eventos dessa natureza.

Afirmou que a presença da Comissão de Direitos Humanos do Senado se deve à solicitação feita pela Associação de Familiares e Sobreviventes por ocasião da audiência pública realizada em Brasília, em dezembro de 2013.



O Senador Paulo Paim manifestou sua total solidariedade aos familiares e disse que a Câmara de Vereadores, mediante solicitação da TV Senado, fará a gravação da reunião para posterior veiculação na TV Senado. Comprometeu-se a fazer entrega de cópia integral da gravação à Presidenta Dilma Roussef, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para a adoção de providências que julgarem pertinentes.

Também afirmou que o objetivo da reunião não é outro senão envidar todos os esforços em busca da Verdade para que todos os responsáveis respondam pelos seus atos de ação ou omissão.

Em seguida convidou o Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria- AVTSM, Adherbal Alves Ferreira, o Reitor da Universidade de Santa Maria, Senhor Paulo Afonso Burmann e o Deputado Estadual Valdeci Oliveira, em representação ao Governador do Estado, Tarso Genro para comporem a mesa de abertura.



O Senador

Paulo Paim, ao passar a palavra ao Reitor, fez um agradecimento pela disponibilização do auditório para que fosse realizada a reunião e pela colaboração da Universidade em favor das famílias dos estudantes vitimados.

O Reitor, Paulo Afonso Burmann disse que a Universidade também sente a dor das famílias que perderam seus filhos e filhas porque a maioria das vítimas eram estudantes da Universidade. Agora, passada a principal fase da dor, a Universidade está empenhada e comprometida com a busca de respostas para que a justiça seja feita.

Na sequência, o representante do Governador Tarso Genro, Deputado Valdeci Oliveira usou da palavra e afirmou que o Governo do Estado acompanha o caso desde as primeiras horas e tem colaborado com as autoridades locais para apuração das responsabilidades. Também adotou todas as providências necessárias em favor das vítimas, tanto na área da saúde como na assistência social e psicológica. Informou, ainda, que a Assembleia Legislativa aprovou legislação estadual de prevenção e combate a incêndios em estabelecimentos públicos e privados.

Adherbal Alves Ferreira, Presidente da AVFSM iniciou sua fala agradecendo ao Senador Paulo Paim pelo apoio e colaboração e disse que sua luta é a luta de todos os pais e mães que perderam suas filhas e filhos. Lembrou que a ideia da fundação da Associação foi lançada no 7º dia após a ocorrência da tragédia e que sua existência é fundamental para que todos paguem por suas responsabilidades.

Disse que sua maior esperança está em Deus para que Justiça seja feita. “Nós precisamos de Paz, mas não existe Paz sem Justiça e precisamos de Paz”, afirmou.

Por fim fez um desabafo informando que muitos empresários e políticos querem que os familiares esqueçam a tragédia. Dizem que a luta por justiça é movida por interesses políticos e afirmou: “Nós trabalhamos com todos os partidos políticos sem abrir mão da atividade políticas por que todos nós somos cidadãos políticos e fazemos política, porém apartidária”.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senador Paulo Paim convidou os Senhores **Julio Nunes**, Secretário de Saúde Adjunto de Santa Maria, Representante do Prefeito Municipal, Cezar Augusto Schirmer; **Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes**, Comandante do 4º Comando Regional dos bombeiros de Santa Maria; **Marcelo Arigony**, Delegado Regional de Polícia Civil de Santa Maria-RS; **Marcelo Dornelles**, Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do RS; e **Joel Dutra**, Promotor de Justiça de Santa Maria-RS;

O Secretário Julio Nunes reiterou a solidariedade em nome da prefeitura municipal e disse que está comprometido com os familiares e vítimas sobreviventes para colaborar e atender todas as necessidades afetas às secretarias do município. Informou que a Dr^a Vania Olivo que assumiu há poucos dias a Secretaria da Saúde está reestruturando a equipe que cuidará especialmente o Centro de Referência de Acolhimento, onde as vítimas são atendidas com assistência médica, social e psicológica.

O Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes, disse que iniciou seu trabalho como bombeiro voluntário no dia da tragédia e que está acometido pela mesma dor das famílias porque seu filho também estava frequentando a boate Kiss na noite da tragédia. Disse que está hoje na condição de comandante do 4º Comando Regional dos bombeiros de Santa Maria graças ao seu empenho como cidadão e como profissional em favor da vida e pelo seu trabalho que vem desenvolvendo.

Marcelo Arigony, Delegado Regional de Polícia Civil de Santa Maria-RS, informou que a polícia civil envidou todos os esforços para concluir o Inquérito Policial com o indiciamento de 17 pessoa por homicídio, 7 pessoas por crime militar e o indiciamento do Prefeito Municipal Cezar Augusto Schirmer por improbidade administrativa.

O delegado disse que neste momento a delegacia está diligenciando novos fatos que poderão resultar em outros indiciamentos. Disse que recebe recorrentemente pessoas vítimas que necessitam de amparo material e por isso fez um apelo às autoridades da mesa para que sejam providas tais necessidades.



Marcelo Dornelles, Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do RS disse que o Ministério Público denunciou 4 pessoas por homicídio, 8 por crime militar e 8 por improbidade administrativa. Disse que presença na reunião se deve

ao compromisso do Ministério Público com a apuração dos fatos. Embora não tenha atuação direta nas ações judiciais, sua presença é para demonstrar o Compromisso da instituição em apoio aos promotores que atuam diretamente nos processos.

Joel Dutra, Promotor de Justiça de Santa Maria-RS que atua diretamente nos processos, juntamente com outros promotores disse que o Ministério Público do Rio Grande do Sul determinou a todos os membros uma fiscalização em todas as comarcas do Estado. Nesta atuação foram verificadas inúmeras irregularidades, tais como a inexistência de bombeiros e de legislação clara e precisa para a atuação do Ministério Público. Disse que há muitas cidades que dependem da atuação de bombeiros que ficam em cidades maiores. Informou ainda que o Ministério Público colaborou com o Legislativo estadual que hoje já dispõe de uma lei estadual de prevenção e combate a incêndios em estabelecimentos públicos e privados.

Delegado da Polícia Civil, **Sandro Luís Mainerz**, que também foi convidado a compor a mesa, afirmou que novas diligências que estão sendo feitas certamente não irão alterar substancialmente o quadro de fatos já constantes do inquérito.

PERGUNTAS E QUESTIONAMENTOS DO PÚBLICO ÀS AUTORIDADES DA MESA.



Após a exposição dos convidados o Presidente da mesa, Senador Paulo Paim, franqueou a palavra aos participantes da reunião, em especial aos familiares das vítimas e sobreviventes da tragédia.

Participaram, além dos familiares das vítimas, estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, o Vereador Jorge Trindade, representando o presidente da Câmara Municipal, Vereador Werner Rempel, Representantes do *Movimento “Santa Maria do luto à luta”* e Representantes da *Associação de Pais e Mães de Janeiro”*.

Onze Pessoas se inscreveram para falar. Todas elas fizeram manifestações veementes de indignação pela morosidade da apuração e especialmente pela postura dos Membros do Ministério Público e também pela gritante omissão do Corpo de Bombeiros e de autoridades municipais.

Todas as pessoas se referiam às divergências entre os trabalhos da Polícia Civil e do Ministério Público quanto ao indiciamento de pessoas e a efetiva denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Ao todo, foram indicadas 36 pessoas envolvidas no caso pela polícia, das quais 28 foram apontadas com alguma responsabilidade, inclusive o prefeito municipal, Cezar Augusto Schirmer. Enquanto isso, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de 4 pessoas por homicídio, 8 pela prática de crimes militares e 8 por improbidade administrativa, deixando de denunciar agentes da Administração Pública Municipal, incluindo o Senhor Prefeito.



Esta divergência entre o número de pessoas indiciadas pelas autoridades policiais e o número de pessoas contra as quais o Ministério Público ofereceu denúncia não é aceita pelos familiares. As famílias acusam o Ministério Público de omissão e acreditam haver conluio entre promotores, prefeito municipal e bombeiros. Os familiares alegam que todos os responsáveis pela fiscalização e autorização para o funcionamento da Boate Kiss sabiam das irregularidades existentes porque participaram dos Termos de Ajustamento de Conduta assinados em 2009 e 2012, em que os proprietários da casa noturna e as autoridades públicas se comprometeram a adequar o funcionamento da Boate às regras vigentes.

Constam do Relatório final do Inquérito Policial as seguintes conclusões:

“Havendo indícios da prática de improbidade administrativa, remetemos cópia integral do presente inquérito policial à 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande de Sul, para que averigue suposta responsabilidade do Prefeito Municipal CEZAR AUGUSTO SCHIRMER”.

- Aportaram aos autos, em 29/01/2013, documentação oriunda da Procuradoria da República no Município de Santa Maria, pertinente à “Verificação de conduta irregular observada na Casa do Estudante (UFSM)”, pois neste caso houve, no entender do MPF, indícios de omissão do poder público municipal em fiscalizar a Boate do DCE, que funcionou por mais de dez anos com licença vencida;

- O Ministério Público do RS encaminhou cópia do inquérito civil que investigou a poluição sonora produzida pela Boate KISS, dentro do qual há um Termo de Ajustamento de Conduta entabulado entre o agente ministerial e um dos proprietários da boate;

MATHEUS FETTERMANN DA SILVA (07/03): p. 3797-3802. *Era comentário corrente no meio dos funcionários da Boate KISS que o corrimão fotografado na p. 3448 (fotografia n.º 10) não poderia permanecer no local. Tal fato era de conhecimento de ELISSANDRO, MAURO e RICARDO. Ajudou no resgate às vítimas, pois integrou o grupo de cerca de vinte civis que ajudaram no socorro. Os populares usavam camisetas para proteger as vias respiratórias quando ingressavam no interior da boate. Esclareceu que os bombeiros jogavam água nos voluntários com mangueiras, a fim de que ingressassem no interior da boate. Os bombeiros estavam tensos, despreparados técnica e emocionalmente. Ademais, muitos não apresentavam compleição física para o exercício de suas atribuições. Afirmou ter*

visto somente um bombeiro adentrar na KISS. Apenas dois bombeiros faziam uso de cilindros de oxigênio. O declarante e os demais civis que atuaram no resgate em momento algum foram advertidos pelos bombeiros sobre gravidade ou a periculosidade da fumaça. Não enxergou nenhum bombeiro ajudar na quebra das paredes da boate.

NECESSIDADE DE MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO

Os participantes da reunião também enfatizaram a necessidade de mudanças profundas na legislação e entendem que uma nova legislação somente é possível com a participação da sociedade. Por isso, o representante do Núcleo Missões VST – Ijuí-RS, Jorge Luis Malheiros, reivindicou a participação dos familiares no debate sobre o PL 4923 de 2013 em tramitação no Congresso Nacional. Entregou documentos e um DVD com as considerações dos familiares e a reivindicação no sentido de que possam participar nos Debates, o que foi prontamente acatada pelo Senador Paim, esclarecendo que a participação é possível através de audiências públicas na CDH ou em reuniões específicas para tal finalidade.

FALTA DE REMÉDIOS ESPECÍFICOS E EQUIPAMENTOS PARA O TRATAMENTO DAS VÍTIMAS

Familiares de sobreviventes da tragédia denunciaram que a Farmácia que fornecem os remédios específicos para o tratamento das vítimas, recorrentemente alega que a Secretaria Estadual de Saúde não estaria fornecendo regularmente os remédios. Também reclamaram da falta de equipamentos adequados para a reabilitação dos pacientes é uma constante.

O Senador respondeu dizendo que a Comissão de Direitos Humanos fará gestões para contribuir na solução dessas carências.

DENÚNCIA SOBRE A REPRESSÃO DA BRIGADA MILITAR CONTRA ESTUDANTES E FAMILIARES DE VITIMAS DA TRAGÉDIA NA BOATE KISS.

Durante a reunião, o Senador Paulo Paim, também recebeu denúncia, dando conta que no dia 20 de fevereiro ocorreu uma manifestação pacífica de

movimentos sociais contra o aumento da tarifa do transporte público. Segundo a denúncia, os manifestantes foram atacados com tiros de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, sendo arrastados pelas ruas com agressões e humilhações.

Entre os manifestantes encontrava-se a Senhora Jandira Ávila, mãe de uma das 242 vítimas do incêndio da Boate Kiss que foi brutalmente agredida ficando inconsciente.

Foram entregues ao Senador um ofício e DVD contendo relato e imagens da violência denunciada.

Ao receber a denúncia o Senador Paulo Paim, informou que a CDH fará encaminhamentos cobrando apuração dos fatos e responsabilização dos autores da violência praticada contra os manifestantes.

O Delegado da Polícia Civil, **Sandro Luís Mainerz**, presente na reunião, solicitou a palavra para esclarecer que já havia recebido a notícia crime e de imediato instaurou o competente inquérito para apuração dos supostos crimes.

DEFESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em resposta às manifestações dos participantes, os Membros do Ministério Público argumentam que a divergência se baseia em dados técnicos jurídicos que não permitem o oferecimento de denúncias contra todas as pessoas indiciadas.

Negam qualquer favorecimento ou existência de conluíus com autoridades municipais e consideram ofensivas as acusações contra a instituição Ministerial.

De outra parte afirmam que os familiares carregam uma verdade que não é a mesma dos promotores porque uma se baseia no sentimento e a do Ministério Público tem como base os fatos e regras a serem perseguidos.

Por fim, os promotores alegaram que a tragédia envolvia muitas irregularidades, e irregularidades não significam necessariamente desobediência à lei ou infração legal que permite o enquadramento como conduta criminosa.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Oficiar ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul solicitando informações sobre a apuração dos atos de violência praticados pela Brigada Militar contra manifestantes, no dia 21 de fevereiro;
- 2- Oficiar a Secretaria Estadual de Saúde requerendo providências quanto ao fornecimento de remédios e equipamentos necessários para os tratamentos das vítimas da tragédia de Santa Maria;
- 3- Instar o governo municipal de Santa Maria para que examine a possibilidade de enviar projeto de lei à Câmara de Vereadores com a finalidade de instituir ajuda material às vítimas sobreviventes da tragédia de Santa Maria;
- 4- Encaminhar a gravação integral da Reunião para a Presidenta Dilma Rouseff, ao Presidente do Senado Renan Calheiros e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para conhecimento e adoção de medidas que julgarem pertinentes;
- 5- Solicitar celeridade à Casa Civil para encaminhar ao Congresso Nacional Anteprojeto de lei que disporá sobre prevenção e combate a incêndios e
- 6- Acolher as sugestões da Associação de Familiares e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria para aperfeiçoar o PL 4923/2013.

ENCERRAMENTO:

Ao encerrar os trabalhos, o Senador Paulo Paim disse que a emoção e a indignação dos familiares com as divergências, omissões, morosidade na solução e a falta de transparência na busca da verdade é perfeitamente compreensível e pediu uma salva de palmas para todas as famílias pela perseverança e coragem na luta por Justiça.

AGRADECIMENTOS:

Especial agradecimento à Equipe da TV Câmara Municipal de Santa Maria que prontamente aceitou a solicitação para filmar e gravar a reunião.

Agradecimento ao Reitor da Universidade Federal de Santa Maria por ter cedido o auditório da Reitoria para realização da Reunião;

Especial agradecimento a todas as famílias que colaboraram e participaram do evento contribuindo para o seu total êxito.

